

aprova
concursos

DPE-RO

Analista da Defensoria Pública -
Especialidade: Jurídica

Defensoria Pública
do Estado de
Rondônia



Edital **verticalizado**

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

- 1 Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados.
- 2 Reconhecimento de tipos e gêneros textuais.
- 3 Domínio da ortografia oficial.
- 4 Domínio dos mecanismos de coesão textual.
 - 4.1 Emprego de elementos de referência, substituição e repetição, de conectores e de outros elementos de sequenciação textual.
 - 4.2 Emprego de tempos e modos verbais.
- 5 Domínio da estrutura morfossintática do período.
 - 5.1 Emprego das classes de palavras.
 - 5.2 Relações de coordenação entre orações e entre termos da oração.
 - 5.3 Relações de subordinação entre orações e entre termos da oração.
 - 5.4 Emprego dos sinais de pontuação.
 - 5.5 Concordância verbal e nominal.
 - 5.6 Regência verbal e nominal.
 - 5.7 Emprego do sinal indicativo de crase.
 - 5.8 Colocação dos pronomes átonos.
- 6 Reescrita de frases e parágrafos do texto.
 - 6.1 Significação das palavras.
 - 6.2 Substituição de palavras ou de trechos de texto.
 - 6.3 Reorganização da estrutura de orações e de períodos do texto.
 - 6.4 Reescrita de textos de diferentes gêneros e níveis de formalidade.

LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL

- 1 Constituição do Estado de Rondônia.
- 2 Lei Complementar nº 117/1994 (Cria a Defensoria Pública do Estado de Rondônia).
- 3 Lei Complementar nº 703/2013 (Dispõe sobre a criação do quadro de pessoal administrativo da Defensoria Pública do Estado de Rondônia).
- 4 Lei Complementar nº 68/1992 (Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civil do Estado de Rondônia, das Autarquias e das Fundações Públicas Estaduais).

CONHECIMENTOS DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA DE RONDÔNIA

I GEOGRAFIA DO ESTADO DE RONDÔNIA

- 1 Aspectos gerais; limites; evolução político-administrativa e econômica; setores produtivos da agropecuária; hidrografia; área e população; zoneamento socioeconômico e ecológico.

II HISTÓRIA DO ESTADO DE RONDÔNIA

- 1 Exploração, conquista, ocupação e colonização da Amazônia; mercantilismo e políticas de colonização dos Vales do Madeira e Guaporé; submissão do indígena e resistência escrava; navegação no Rio Madeira; abertura do Rio Amazonas à navegação internacional; exploração e colonização do oeste da Amazônia; processo de ocupação e expropriação indígena na área do Beni; mão de obra para os seringais do Alto Madeira, questão acreana e construção da estrada de ferro Madeira Mamoré; território federal do Guaporé e criação do Estado de Rondônia.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO ADMINISTRATIVO

- 1 Estado, governo e administração pública.
 - 1.1 Conceitos.
- 2 Direito administrativo.
 - 2.1 Conceito.
 - 2.2 Objeto.
 - 2.3 Fontes.
- 3 Ato administrativo.
 - 3.1 Conceito, requisitos, atributos, classificação e espécies.
 - 3.2 Extinção do ato administrativo.

- 3.2.1 Cassação, anulação, revogação e convalidação.
- 3.3 Decadência administrativa.
- 4 Agentes públicos.
 - 4.1 Conceito.
 - 4.2 Espécies.
 - 4.3 Cargo, emprego e função pública.
 - 4.3.1 Provimento.
 - 4.3.2 Vacância.
 - 4.3.4 Efetividade, estabilidade e vitaliciedade.
 - 4.4 Remuneração.
 - 4.5 Direitos e deveres.
 - 4.6 Responsabilidade.
 - 4.7 Processo administrativo disciplinar.
 - 4.8 Lei Complementar Estadual nº 703/2013.
 - 4.9 Disposições constitucionais aplicáveis.
- 5 Poderes da administração pública.
 - 5.1 Hierárquico, disciplinar, regulamentar e de polícia.
 - 5.2 Uso e abuso de poder.
- 6 Regime jurídico-administrativo.
 - 6.1 Conceito.
 - 6.2 Princípios expressos e implícitos da administração pública.
- 7 Responsabilidade civil do Estado.
 - 7.1 Evolução histórica.
 - 7.2 Responsabilidade por ato comissivo do Estado.
 - 7.3 Responsabilidade por omissão do Estado.
 - 7.4 Requisitos para a demonstração da responsabilidade do Estado.
 - 7.5 Causas excludentes e atenuantes da responsabilidade do Estado.
 - 7.6 Reparação do dano.
 - 7.7 Direito de regresso.
- 8 Serviços públicos.
 - 8.1 Conceito.
 - 8.2 Elementos constitutivos.
 - 8.3 Formas de prestação e meios de execução.
 - 8.4 Delegação.
 - 8.4.1 Concessão, permissão e autorização.
 - 8.5 Classificação.
 - 8.6 Princípios.
- 9 Organização administrativa.
 - 9.1 Autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista.
 - 9.2 Entidades paraestatais e terceiro setor.

9.2.1 Serviços sociais autônomos, entidades de apoio, organizações sociais, organizações da sociedade civil de interesse público.

10 Controle da administração pública.

10.1 Controle exercido pela administração pública.

10.2 Controle judicial.

10.3 Controle legislativo.

10.4 Lei nº 8.429/1992 e suas alterações (improbidade administrativa).

11 Lei nº 9.784/1999 e suas alterações (processo administrativo).

12 Licitações e contratos administrativos.

12.1 Lei nº 8.666/1993 e suas alterações. Lei Federal nº 14.133/2021.

12.2 Lei nº 10.520/2002 e demais disposições normativas relativas ao pregão.

12.3 Decreto nº 7.892/2013 e suas alterações (sistema de registro de preços).

12.4 Lei nº 12.462/2011 e suas alterações (Regime Diferenciado de Contratações Públicas). Decreto nº 6.170/2007 e suas alterações, Portaria Interministerial nº 424/2016 e suas alterações.

12.5 Fundamentos constitucionais.

13 Lei nº 13.019/2014 e suas alterações.

DIREITO CONSTITUCIONAL

1 Aplicabilidade das normas constitucionais.

1.1 Normas de eficácia plena, contida e limitada.

1.2 Normas programáticas.

2 Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

2.1 Princípios fundamentais.

2.2 Direitos e garantias fundamentais.

2.3 Organização político-administrativa do Estado.

2.3.1 Estado federal brasileiro, União, estados, Distrito Federal, municípios e territórios. 2.4 Poder Executivo.

2.4.1 Atribuições e responsabilidades do Presidente da República.

2.5 Poder Legislativo.

2.5.1 Estrutura.

2.5.2 Funcionamento e atribuições.

2.5.3 Processo legislativo.

2.5.4 Fiscalização contábil, financeira e orçamentária.

2.5.5 Comissões parlamentares de inquérito.

2.6 Poder Judiciário.

2.6.1 Disposições gerais.

2.6.2 Órgãos do poder Judiciário.

- 2.6.2.1 Organização e competências, Conselho Nacional de Justiça.
- 2.7 Funções essenciais à justiça.
- 2.7 Finanças públicas.
- 2.7.1 Normas gerais.
- 3.2 Orçamentos.
- 4 Constituição do Estado de Rondônia.

DIREITO CIVIL

- 1 Lei de introdução às normas do direito brasileiro.
- 1.1 Vigência, aplicação, obrigatoriedade, interpretação e integração das leis.
- 1.2 Conflito das leis no tempo.
- 1.3 Eficácia das leis no espaço.
- 2 Pessoas naturais.
- 2.1 Conceito.
- 2.2 Início da pessoa natural.
- 2.3 Personalidade.
- 2.4 Capacidade.
- 2.5 Direitos da personalidade.
- 2.6 Nome civil.
- 2.7 Estado civil.
- 2.8 Domicílio.
- 2.9 Ausência.
- 3 Pessoas jurídicas.
- 3.1 Disposições Gerais.
- 3.2 Conceito e Elementos Caracterizadores.
- 3.3 Constituição.
- 3.4 Extinção.
- 3.5 Capacidade e direitos da personalidade.
- 3.6 Sociedades de fato.
- 3.7 Associações.
- 3.8 Sociedades.
- 3.9 Fundações.
- 3.10 Grupos despersonalizados.
- 3.11 Desconsideração da personalidade jurídica.
- 3.12 Responsabilidade da pessoa jurídica e dos sócios.
- 4 Bens.
- 4.1 Diferentes classes.
- 4.2 Bens Corpóreos e incorpóreos.

- 4.3 Bens no comércio e fora do comércio.
- 5 Fato jurídico.
- 6 Negócio jurídico.
 - 6.1 Disposições gerais.
 - 6.2 Classificação e interpretação.
 - 6.3 Elementos.
 - 6.4 Representação.
 - 6.5 Condição, termo e encargo.
 - 6.6 Defeitos do negócio jurídico.
 - 6.7 Existência, eficácia, validade, invalidade e nulidade do negócio jurídico.
 - 6.8 Simulação.
- 7 Atos jurídicos lícitos e ilícitos.
- 8 Prescrição e decadência.
- 9 Prova do fato jurídico.
- 10 Obrigações.
 - 10.1 Características.
 - 10.2 Elementos
 - 10.3 Princípios.
 - 10.4 Boa-fé.
 - 10.5 Obrigação complexa (a obrigação como um processo).
 - 10.6 Obrigações de dar.
 - 10.7 Obrigações de fazer e de não fazer.
 - 10.8 Obrigações alternativas e facultativas.
 - 10.9 Obrigações divisíveis e indivisíveis.
 - 10.10 Obrigações solidárias.
 - 10.11 Obrigações civis e naturais, de meio, de resultado e de garantia.
 - 10.12 Obrigações de execução instantânea, diferida e continuada.
 - 10.13 Obrigações puras e simples, condicionais, a termo e modais.
 - 10.14 Obrigações líquidas e ilíquidas.
 - 10.15 Obrigações principais e acessórias.
 - 10.16 Transmissão das obrigações.
 - 10.17 Adimplemento e extinção das obrigações.
 - 10.18 Inadimplemento das obrigações.
- 11 Contratos.
 - 11.1 Princípios.
 - 11.2 Classificação.
 - 11.3 Contratos em geral.
 - 11.4 Disposições gerais.
 - 11.5 Interpretação.
 - 11.6 Extinção.
- 12 Responsabilidade civil.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

- 1 Lei nº 13.105/2015 e suas alterações (Código de Processo Civil).
- 2 Normas processuais civis.
- 3 A jurisdição.
- 4 A Ação.
 - 4.1 Conceito, natureza, elementos e características.
 - 4.2 Condições da ação.
 - 4.3 Classificação.
- 5 Pressupostos processuais.
- 6 Preclusão.
- 7 Sujeitos do processo.
 - 7.1 Capacidade processual e postulatória.
 - 7.2 Deveres das partes e procuradores.
 - 7.3 Procuradores.
 - 7.4 Sucessão das partes e dos procuradores.
 - 7.5 Litisconsórcio.
- 8 Intervenção de terceiros.
- 9 Poderes, deveres e responsabilidade do juiz.
- 10 Ministério Público.
- 11 Advocacia Pública.
- 12 Defensoria Pública.
- 13 Atos processuais.
 - 13.1 Forma dos atos.
 - 13.2 Tempo e lugar.
 - 13.3 Prazos.
 - 13.4 Comunicação dos atos processuais.
 - 13.5 Nulidades.
 - 13.6 Distribuição e registro.
 - 13.7 Valor da causa.
- 14 Tutela provisória.
 - 14.1 Tutela de urgência.
 - 14.2 Disposições gerais.
- 15 Formação, suspensão e extinção do processo.
- 16 Processo de conhecimento e do cumprimento de sentença.
 - 16.1 Procedimento comum.
 - 16.2 Disposições Gerais.
 - 16.3 Petição inicial.
 - 16.4 Improcedência liminar do pedido.
 - 16.5 Contestação, reconvenção e revelia.

- 16.6 Providências preliminares e de saneamento.
- 16.7 Julgamento conforme o estado do processo.
- 16.8 Provas.
- 16.9 Sentença e coisa julgada.
- 16.10 Cumprimento da sentença.
- 16.11 Disposições Gerais.
- 16.12 Cumprimento.
- 16.13 Liquidação.
- 17 Processos de execução.
- 18 Processos nos tribunais e meios de impugnação das decisões judiciais.
- 19 Disposições finais e transitórias.
- 20 Mandado de segurança.
- 21 Ação popular.
- 22 Ação civil pública.
- 23 Ação de improbidade administrativa.
- 24 Teoria Geral dos Recursos. Recursos em espécie.

DIREITO PENAL

- 1 Princípios aplicáveis ao Direito Penal.
- 2 Aplicação da lei penal.
 - 2.1 A lei penal no tempo e no espaço.
 - 2.2 Tempo e lugar do crime.
 - 2.3 Interpretação da lei penal.
 - 2.4 Analogia.
 - 2.5 Irretroatividade da lei penal.
 - 2.6 Conflito aparente de normas penais.
- 3 Ilícitude.
- 4 Culpabilidade.
- 5 Concurso de Pessoas.
- 6 Penas.
 - 6.1 Espécies de penas.
 - 6.2 Cominação das penas.
- 7 Ação penal.
- 8 Punibilidade e causas de extinção.
- 9 Prescrição.
- 10 Crimes contra a fé pública.
- 11 Crimes contra a Administração Pública.
- 12 Lei nº 13.869/2019 (abuso de autoridade).

- 13 Lei nº 9.613/1998 e suas alterações (Lavagem de dinheiro).
- 14 Disposições constitucionais aplicáveis ao direito penal.
- 15 Crimes e sanções penais na licitação (Lei nº 8.666/1993 e suas alterações, Lei Federal nº 14.133/2021).

DIREITO PROCESSUAL PENAL

- 1 Processo penal brasileiro; processo penal constitucional.
- 2 Sistemas e princípios fundamentais.
- 3 Aplicação da lei processual no tempo, no espaço e em relação às pessoas.
 - 3.1 Disposições preliminares do Código de Processo Penal.
- 4 Fase pré-processual.
 - 4.1 Inquérito policial.
- 5 Processo, procedimento e relação jurídica processual.
 - 5.1 Elementos identificadores da relação processual.
 - 5.2 Formas do procedimento.
 - 5.3 Princípios gerais e informadores do processo.
 - 5.4 Pretensão punitiva.
 - 5.5 Tipos de processo penal.
- 6 Ação penal.
- 7 Ação civil *Ex Delicto*.
- 8 Jurisdição e competência.
- 9 Questões e processos incidentes.
- 10 Prova.
- 11 Sujeitos do Processo.
- 12 Prisão, medidas cautelares, e liberdade provisória e prisão temporária (Lei nº 7.960/1989 e suas alterações).
- 13 Citações e intimações.
- 14 Atos processuais e atos judiciais.
- 15 Procedimentos.
 - 15.1 Processo comum; processos especiais; Lei nº 8.038/1990 – normas procedimentais para os processos perante o Superior Tribunal de Justiça (STJ) e o Supremo Tribunal Federal (STF).
- 16 Lei nº 9.099/1995 e suas alterações e Lei nº 10.259/2001 e suas alterações (juizados especiais cíveis e criminais).
- 17 Prazos.
 - 17.1 Características, princípios e contagem.
- 18 Nulidades.
- 19 Recursos em geral.

- 20 *Habeas corpus* e seu processo.
- 21 Normas processuais da Lei nº 7.210/1984 e suas alterações (execução penal).
- 22 Disposições gerais do Código de Processo Penal. Procedimentos previstos na Lei nº 11.343/2006 e suas alterações. Lei nº 11.340/2006 e suas alterações. Lei nº 12.850/2013 e suas alterações.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

- 1 Criança e adolescente: direitos fundamentais da criança e do adolescente.
- 2 Medidas de proteção: disposições gerais; medidas específicas de proteção; colocação em família substituta. Medidas pertinentes aos pais ou ao responsável.
- 3 Direito à convivência familiar: família natural e família substituta; guarda; tutela; adoção; perda ou suspensão do poder familiar; colocação em família substituta.
- 4 Prática do ato infracional: a questão socioeducativa; conceito e tempo do ato infracional; inimputabilidade; direitos individuais; garantias processuais; medidas socioeducativas; remissão.
- 5 Acesso à Justiça: a Justiça da infância e da juventude; princípios gerais; competência; serviços auxiliares.
- 6 Procedimentos: disposições gerais; apuração de ato infracional atribuído a adolescente.
- 7 Recursos.
- 8 O Ministério Público. Proteção judicial dos interesses individuais, difusos e coletivos das crianças e dos adolescentes.



aprova
concursos

0800 727 6282

www.aprovaconcursos.com.br